

ESTADO, REGIMES POLÍTICOS E GOVERNOS: TEORIA, HISTÓRIA E ATUALIDADE¹

STRUCTURAL VIOLENCE AND CAPITALISM: PARTICULARITIES OF THE BRAZILIAN SOCIETY

Vanderlei MARTINI*
Cristiane Francelina DIAS**

Resumo: Este artigo trata, a partir de formulações de autores marxistas, do Estado burguês contemporâneo, com suas crises políticas e, em decorrência destas, das mudanças de regimes políticos. O objeto central da análise, portanto, são os regimes políticos implementados pelas classes dominantes em determinada conjuntura histórica, como, por exemplo, a democracia, o bonapartismo e o fascismo.

Palavras-chave: Estado. Bonapartismo. Fascismo. Democracia Burguesa.

Abstract: This article deals with the formulations of Marxist authors of the contemporary bourgeois state, with its political crises and, as a result of these, the changes of political regimes. The central object of the analysis, therefore, is the political regimes implemented by the ruling classes at a given historical juncture, such as democracy, Bonapartism, and fascism.

Keywords: State. Bonapartism. Fascism. Bourgeois democracy.

Submetido em 12/04/2019.
Aceito em 10/08/2019.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

* Doutorando da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio De Janeiro – ESS/UFRJ. Mestrado Em Política Social na Universidade de Brasília – PGPS/UNB. Graduado em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio De Janeiro-UFRJ. Rua do Catete, 166, Mariana – MG, CEP: 35.420-000. E-mail: <martini.rsmg@gmail.com>.

**Doutoranda em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos – Ela, Universidade de Brasília - UNB. Doutorado sanduiche en la Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Estudios Latinoamericanos y Caribeños – IEALC, Universidad de Buenos Aires - UBA. Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Graduada em História pela Universidade Federal Da Paraíba – UFPB. Campus Universitário Darcy Ribeiro/UNB, Prédio Multiuso II, Térreo e Primeiro Piso, Brasília – DF, CEP: 70910-900. E-mail: <ccristerra@gmail.com>.

Introdução

Entre os autores que buscam interpretar as distintas formações societárias contemporâneas com o objetivo de formular uma crítica social para daí lutar para transformar o mundo, o tema do *Estado*, dos *regimes políticos* e a análise dos governos não é novidade. Nos dias atuais, tem ganhado destaque o debate sobre a *democracia*, o *bonapartismo* e, sobretudo, o *fascismo*.

Entretanto, se por um lado muito se acreditou na democracia formal burguesa, por outro, como observa acertadamente o professor Leandro Konder (2009), é certo que as extrapolações no uso do termo *fascismo* para fins de agitação política podem prejudicar uma avaliação mais detida no campo conceitual e, conseqüentemente, prejudicar as táticas de lutas e as formas de organização política de caráter progressista.

Na atualíssima - *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo* - obra de Gianni Fresu (2017), identificamos possíveis paralelos com a experiência europeia dos anos 1920 a 1945 para compreendermos o Brasil que emerge no final desta segunda década do século XXI. O autor conclui que tal qual no nascimento dos fascismos na primeira parte do século XX, “também hoje precisamos ler as reais causas desse fenômeno, evitando a simples recusa retórica de um fenômeno que nos assusta, utilizando categorias abstratas, como a ilusória luta entre civilidade e incivilidade política, sem afrontar racionalmente a raiz do problema” (FRESU, 2017, p. 230). Em função disso, julgamos importante o debate deste tema neste artigo.

Assim, na seção *Condições “normais” de dominação burguesa*, em um primeiro momento, busca-se conceituar sumariamente as diferenças entre Estado, Regimes Políticos e Governos. Na seqüência, a partir das formulações de Antonio Gramsci e Ernest Mandel, discute-se brevemente, em que conjuntura se dá a democracia burguesa e a possível alteração de um determinado quadro de forças que expressa uma crise de hegemonia. Posteriormente, sentenciamos em Mandel, o papel do Estado na manutenção da ordem burguesa.

Já no item *Regimes políticos sob o modo de produção capitalista e o Estado burguês: a frágil democracia burguesa no Brasil*, notadamente o mais extenso, trataremos das características principais dos diferentes regimes políticos contemporâneos a da centralidade do estado burguês. Como afirma Osorio (2014), em que pese às teses da moda em contrário, o Estado continua sendo o central para a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista. Sobre a *democracia burguesa no Brasil*, busca-se resgatar, ainda que sumariamente, os diferentes regimes políticos implementados no País a partir da “revolução” burguesa de 1930.

Por fim, em *Algumas palavras em aberto*, coloca-se a hipótese de que fora sob o lulismo que se gestou o bolsonarismo com elementos fascistas. Ou seja: Bolsonaro não é um raio em dia de céu claro. Nos dias atuais, vivenciamos os primeiros meses de um novo governo (com as velhas práticas dos anteriores) que, se não pode ser caracterizado como fascista, expressa certamente, um movimento de extrema direita, de caráter claramente apologético do fascismo.

1. Condições “normais” de dominação burguesa

Antes de adentrarmos propriamente no debate sobre a história e a atualidade do Estado e dos diferentes regimes políticos contemporâneo, convém, a título de rigor metodológico, chamar as coisas pelo que elas realmente o são.

Primeiro: que *Governo*, *Regimes Políticos* e *Estado*, são coisas diferentes em qualquer sociedade dividida em classes sociais. No entanto, frequentemente, propositalmente ou não, confundem-se como se estes fossem uma coisa só.

Os *governos*, via de regra, representam partidos políticos, ideologias, classes sociais e elegem-se (seja através do voto direto ou indireto ou mesmo a despeito deste) por meio de alianças políticas e correlações de forças. Pode-se dizer que o caráter de um governo, seja ele municipal, estadual ou nacional, mede-se pelos interesses de classe que este ou aquele representa. Esses interesses, por vezes são abertos e, por vezes ocultos, portanto, há um fator que dificulta uma compreensão mais sistemática do caráter de classes que há – indiscriminadamente - sobre os governos.

Os *regimes políticos* são formas de governo que o Estado capitalista, portanto burguês, pode assumir dependendo da correlação de forças existente na sociedade ou da disposição de luta das classes sociais. Ou seja, existiu e pode existir diferentes *regimes políticos* sob o Estado burguês. Neste sentido, do mesmo modo que a democracia burguesa parlamentar e suas reformas sociais são concebidas como subprodutos da sua fase ascendente e do seu florescimento, o “bonapartismo e fascismo são definidos como regimes políticos correspondentes ao declínio histórico do sistema capitalista” (DEMIER, 2012, p. 106).

O *Estado* é sempre uma expressão das lutas de classes, ou seja, da correlação de forças existentes na sociedade e, por certo, não é a mesma coisa que o modo de produção capitalista. Ademais, o Estado pode assumir determinadas funções distintas ou complementares, sempre dependendo da correlação de forças entre as classes sociais em luta, nos processos de transformações econômicas, políticas e sociais.

Segundo: que os *regimes políticos* podem ser distintos sob o Estado burguês capitalista. Noutras palavras: o Estado burguês deu origem a muitos e distintos regimes políticos como; monarquia absoluta, monarquia parlamentar, repúblicas federativas e unitárias, repúblicas com uma só câmara ou com duas (uma de deputados e outra muito reacionária de senadores), ditaduras bonapartistas, ditaduras fascistas etc. Em alguns casos, são regimes com ampla democracia burguesa, que permitem até que os operários tenham seus partidos legais e com representação parlamentar. Em outros casos, são o oposto; ou seja, não há nenhum tipo de liberdade, nem sequer para os partidos burgueses. No entanto, “em todos esses regimes, o Estado segue sendo burguês, porque segue no poder a burguesia, que utiliza o Estado para seguir explorando os operários” (MORENO, apud DEMIER, 2012, p. 24).

E, terceiro: que o Estado é anterior a sociedade capitalista e pode, portanto, continuar existindo depois desta em outros tipos de formação social – como por exemplo, o socialismo.

Pois bem. Quando as classes dominantes conseguem dominar hegemonicamente (exercendo em equilíbrio a *coerção* e o *consenso*) a sociedade civil e neste campo todas as formas organizativas e representativas, sejam de classe ou não, nestas condições, emerge o chamado *Estado Democrático de Direito* ou, se se preferir, a democracia burguesa. O regime político implementado preferencialmente pelas classes mais abastadas da sociedade, a partir do estado burguês é, sem dúvida, essa democracia formal. Isso expressa uma situação normal da sociedade do capital.

Entretanto, como “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX e ENGELS, 2010, p. 40), e, portanto, as sociedades são dinâmicas e contraditórias - com disputas que se dão mesmo no interior das classes dominantes -, historicamente se desenvolveu momentos em que a burguesia encontrava-se dividida ou, fragmentada em seu conjunto de classe. Nestes momentos nenhuma fração das classes dominantes consegue impor a sua hegemonia às demais classes sociais. Esta contradição - não antagonica - ocorre porque diferentes frações das classes dominantes (banqueiros, grandes industriais, latifundiários entre outros) podem expressar, em determinadas conjunturas, anseios e projetos diferentes. Ou seja, a história produz momentos em que, por um lado, nenhuma fração das classes dominantes detém força o suficiente para impor hegemonicamente um projeto que unifique o conjunto da sociedade e nem mesmo as próprias classes dominantes. Esses momentos, Gramsci (2016) denominou de “crise de autoridade”. Diz o grande dirigente político do Partido Comunista Italiano - PCI, “se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais e não acreditam mais no que antes acreditavam” (GRAMSCI, 2016, v. 3, p. 187).

Por outro lado, para que objetivamente se produza estas conjunturas, deve existir por parte das classes subalternas uma ameaça ao sistema do capital, por menor que seja ou, mesmo uma vontade coletiva de não se sujeitar aos ditames e ao projeto das classes dominantes. À esse quadro pintado em tela, a teoria marxista clássica chama de *crise de hegemonia*. Isto é, nestes momentos conjunturais, abre-se a possibilidade para que novas formas, novas configurações e formatações do Estado capitalista sejam reelaboradas visando a manutenção da dominação e, portanto, da ordem do capital. Evidencia-se, desta maneira, que as classes dominantes aprendem que, “na luta deve-se sempre prever a derrota, por isso, a preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante quanto tudo o que se faz para vencer” (GRAMSCI, 2016, v. 3, p. 322).

Isso significa que nestas brechas históricas coloca-se a possibilidade de instalação de novos regimes políticos – que podem ser caracterizados como regimes de exceção -, em substituição à velha forma hegemônica de tipo democrático liberal. Ao longo da história moderna, estes novos regimes – nomeadamente o *bonapartismo* e o *fascismo* -, sempre foram mais autoritários e antidemocráticos que a clássica democracia formal burguesa.

Nos momentos de crise de hegemonia, há uma tendência em que o núcleo central de poder do aparelho de Estado (as forças armadas e a burocracia estatal, em especial), crie uma autonomia relativa em relação as classes sociais, inclusive às frações burguesas – isso para salvar o conjunto da ordem do capital. Trata-se de uma atuação estatal muito bem caracterizada por Mandel (1982), como sendo *capitalista total ideal*. Diz o marxista: “o Estado é um capitalista total ideal. A concorrência capitalista determina assim, inevitavelmente, uma tendência a autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como um *capitalista total ideal*, servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo” (MANDEL, 1982, p. 336). O objetivo central é inequívoco. Trata-se de manter a apropriação privada dos meios fundamentais de produção, de perpetuar a sociedade de classes, de aprofundar a exploração da força de trabalho, de garantir a apropriação privada das riquezas produzidas socialmente, em fim, trata-se de manter a ordem que interessa ao capital para salvar o conjunto da sociedade burguesa.

2. Regimes políticos sob o modo de produção capitalista e o Estado burguês: a frágil democracia burguesa no Brasil

Começamos com a análise do mais anti-humano dos regimes políticos, o fascismo. Este, como indicamos, é um fenômeno da fase imperialista do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital (KONDER, 2009). De acordo com o professor, “fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas...” (KONDER, 2009, p. 53).

Igualmente, o fascismo pode ser visto como um movimento político que nasce, geralmente, dos setores médios da sociedade, ou seja, da pequena burguesia privilegiadamente localizada nas entranhas da chamada sociedade civil. Ao analisar as causas que permitiram o êxito do fascismo nas décadas de 1920 e 1930, Konder afirma que “o fascismo foi o primeiro movimento conservador que, com seu pragmatismo radical, serviu-se de métodos modernos de propaganda, sistematicamente, explorando as possibilidades que começavam a ser criadas por aquilo que viria a ser chamado de sociedade de massas de consumo dirigido” (2009, p. 17). Portanto, como um movimento tem sua gênese fora do Estado, mas, pode também ser organizado por meio de interesses íntimos com o Estado, especialmente do aparato estatal burguês.

Outrossim, o fascismo pode ser pensado como um partido político com projeto bem definido, sob forte influência, na maioria das vezes, de uma única liderança. De certo, preliminarmente, é preciso reconhecer que determinadas circunstância históricas podem trazer à cena política personagens dantescos, bizarros, que em condições “normais” jamais sairiam de sua insignificância. Foi assim com o Partido

Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães – *Partido Nazista*, de Adolf Hitler na Alemanha - que na época era um dos países mais “cultos” do velho continente europeu.

Além disso, o fascismo também pode assumir a forma de um *regime político*. Ou seja, com uma configuração e formatação própria que o Estado burguês sob o capitalismo monopolista (ou imperialista) pode assumir em determinada conjuntura histórica. A história contemporânea registra exemplos dramáticos dessa tragédia que jamais poderiam ser ignorados ou esquecidos, como por exemplo: o precursor desta ideologia, o fascismo surgido na Itália, liderado por Benito Mussolini (1936-1945), conquistou vários países da Europa como a Alemanha, a Espanha e Portugal no período entre guerras. Num segundo momento esta ideologia alcançou outros países em outros continentes.

O fascismo italiano, explica Fresu (2017), foi a primeira tentativa de saída da crise de hegemonia das classes dirigentes daquele país por meio de uma virada autoritária que anteciparia os golpes do futuro. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), um profundo sentimento de frustração dominou a Itália. O país saiu decepcionado por não ter suas reivindicações atendidas no *Tratado de Versalhes* e a situação econômica era mais difícil que antes da guerra. Neste contexto, o Partido Nacional Fascista, fundado por Mussolini oficialmente em novembro de 1921, cresceu rapidamente: o número de filiados passou de 200 mil em 1919 para 300 mil em 1921². O movimento agrupava pessoas com tendências políticas e origens variadas: nacionalistas, anti-esquerdistas, contrarrevolucionários, ex-combatentes e mesmo desempregados. Desse modo, o ambiente de uma guerra mundial propiciou a aceleração de sua implantação apoiado num clima de retórica patriótica e exaltação militar, que mobilizou amplos setores da população, a partir do desconforto e da raiva social da classe média contra a classe política vigente e em oposição ao movimento socialista.

O fascismo alemão ocorreu entre 1933 a 1945. Popularmente denominado de nazismo, foi um movimento de inspiração fascista que ocorreu na Alemanha, liderado por Adolf Hitler e que se baseava, principalmente, no antissemitismo. Ou seja, esse movimento consistia numa mistura de dogmas e preconceitos a respeito da pretensa superioridade da raça ariana. Os alemães sob a ideologia do fascismo acreditavam ser superiores aos outros grupos sobretudo de judeus.

O contexto histórico que possibilitou o surgimento do fascismo na Alemanha, embora tenha suas especificidades, é muito semelhante ao que possibilitou sua gênese na Itália. Em 1920, Hitler, já era a principal figura do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães – Nazi (abreviado do termo em alemão *Nationalsozialist*) e, em 1921, aos 33 anos de idade, Hitler torna-se chefe do partido, que contava apenas com três mil filiados. O programa do partido falava em bem-estar da população, igualdade perante

² Neste sentido é interessante observar também o rápido crescimento do Partido Social Liberal - PSL nas eleições em 2018. Este partido, foi o que mais ganhou cadeiras na comparação do resultado de 2014 com o de 2018. Quatro anos atrás, o PSL tinha eleito apenas um deputado federal. Nas últimas eleições, a sigla que abrigava o Presidente Jair Bolsonaro conquistou uma bancada com 52 deputados. Não é o espaço aqui para discutir o perfil destes eleitos.

o Estado, anulação dos tratados de paz e exclusão dos judeus da comunidade. Mas, também, denunciava judeus, marxistas e estrangeiros, prometia trabalho e o fim das reparações de guerra.

Com a grande crise do capital em 1929, o descontentamento e o ódio, tomou conta da Alemanha. A classe média sob ameaça de perder status, a classe trabalhadora desempregada e perdendo direitos, a burguesia temerosa com o crescimento do "Partido Comunista Alemão", tudo isso contribuiu para que se engrossassem as fileiras do partido Nazista. Os crimes contra a humanidade patrocinado pelo fascismo/nazismo alemão são conhecidos e não é nosso objetivo descrever-los neste espaço, apenas registramos que duraram longos anos até o fim da II Guerra Mundial.

Na mesma linha dos exemplos sumariados acima, seguiu o *Franquismo* (1939-1975) na Espanha. Este foi um sistema político ditatorial constituído aos moldes fascistas italianos, liderado por Francisco Franco (1892-1975).

Em Portugal, liderado por Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), se desenvolveu o *Salazarismo* (1937-1975). Esta ideologia, ou melhor, este regime político era inspirado no fascismo italiano, no integralismo lusitano e na Doutrina Social da Igreja. O Salazarismo foi inaugurado em 28 de maio de 1926, com um golpe de Estado articulado pelos militares, que pôs fim ao liberalismo lusitano e inaugurou um período histórico de 41 anos de governo com características fascistas, como o corporativismo e o anticomunismo.

De acordo com Gianni Fresu, para Gramsci, o fascismo não foi uma simples reação antiproletária. Não teve uma ideologia originária, mas recolheu sugestões provenientes de diferentes doutrinas – como o irracionalismo, o niilismo e o futurismo - no plano cultural, e o nacionalismo - no plano econômico. Como doutrina, o fascismo foi uma “[...] ideia de revolução sem programa” (FRESU, 2017, p. 123). O fascismo não foi conduzido por um único bloco monolítico da burguesia. Ele teve sua existência determinada por seu eixo militar de organização. E, por fim, foi um fenômeno historicamente determinado, mas também intrínseco ao fim da fase de expansão burguesa e de mudança da guerra de movimento para a guerra de posição na luta pela hegemonia.

O fascismo, assim, aparecia novamente como fruto de uma aguda situação social, na qual os elementos objetivos e subjetivos referentes às classes envolvidas relacionam-se complexamente, configurando um cenário político extremamente radicalizado.

Sobre o bonapartismo, em primeiro lugar, salientamos que este é anterior ao fascismo. Como regime político, emerge numa época (1850) em que, por ocasião do surgimento do proletariado como sujeito político independente e de uma conseqüente maior socialização da esfera política, a burguesia passou definitivamente à condição de classe social contrarrevolucionária. Tornando cada vez mais fluidas e ocasionais suas relações com seus próprios ideais liberal-democráticos e com seu próprio regime democrático-burguês, a burguesia deixaria nítido, doravante, que não possuía nenhum compromisso de princípio, nenhum matrimônio indissolúvel com a democracia burguesa.

Em segundo lugar, a partir da *Comuna de Paris*, a “confusão” feita pela propaganda ideológica burguesa entre bandeiras “democráticas” e socialistas passaria a ser um traço sempre presente em momentos politicamente mais agitados, marcados pela ascensão do movimento de massas. Com efeito, desde 1871, as inúmeras manifestações do fenômeno bonapartista teriam quase sempre como um elemento determinante para sua eclosão/consolidação um efusivo ataque antissocialista e anticomunista por parte das classes dominantes a quaisquer reivindicações populares que buscassem alargar os marcos do regime democrático. Após a Revolução Russa de 1917, evidentemente, tal processo se intensificaria (DEMIER, 2012 p. 63/64).

De acordo com Demier,

o bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes e demais segmentos sociais em presença. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações da classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de “crise de hegemonia”. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica, o aparelho de Estado se ingurgita, eleva-se por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a “paz social” e salvaguarda a ordem capitalista em xeque (DEMIER, 2012, p. 17/18).

O bonapartismo é uma forma de governo, ou melhor, de regime político em que a burguesia não governa o Estado e, portanto, a sociedade, diretamente a partir de suas representações políticas tradicionais. Em muitos casos o Estado bonapartista suprime mesmo os partidos burgueses que compunham o Estado democrático burguês anterior. No bonapartismo a burguesia abdica de dirigir politicamente a nação. O bonapartismo é uma tentativa de salvação da ordem burguesa. É uma tentativa de evitar o conflito mais aberto entre as classes fundamentais da sociedade – burguesia e classe trabalhadora. Pois, este conflito pode ser perigoso para a burguesia por que, como demonstramos acima, ela se encontra dividida e sem força para construir sua hegemonia.

Como portadora de um conhecimento ilustrado que é, em determinadas conjunturas históricas bem precisas (como às que apontamos acima), a burguesia pode abrir mão de dirigir politicamente, com seus próprios punhos o aparato estatal que lhe é próprio, visando manter intactos seus objetivos econômicos, ideológicos e sociais. Para que isso se concretize, o fundamental é que o Estado deva continuar atuando como *capitalista total ideal*. Neste sentido, o bonapartismo é uma tentativa de salvação da ordem burguesa dominante evitando, assim, um conflito maior entre as frações das classes dominantes.

Assim, sob o bonapartismo, “o Estado, relativamente autônomo frente às frações burguesas, coloca-se como representante dos interesses de conjunto da burguesia, e o faz mesmo a despeito desta última” (DEMIER, 2012, p. 18). Entretanto, adverte o autor,

tal fato não significa, que não haja sempre uma ou mais frações do capital privilegiadas pelas políticas estatais sob o bonapartismo. Configura-se, então, uma formação particular assumida pelo Estado capitalista em momentos de crise, um tipo de regime político caracterizado por uma dominação política indireta da burguesia sobre as demais classes sociais. O aparelho estatal, funcionando como uma espécie de árbitro do jogo político e pacificando o cenário social litigioso, ganha a aparência de uma força descolada, acima e independente da sociedade (DEMIER, 2012, p. 18).

Em última instância, portanto, podemos dizer que o bonapartismo fora uma tentativa desesperada para se manter a ordem geral do capital. Isso porque, um conflito aberto poderia ser muito perigoso para as classes burguesas como um todo, mas, em especial para a sociedade do capital. Desse modo, o bonapartismo é uma espécie de antessala do fascismo.

Quando a classe média decadente - ou melhor, para usarmos mais uma categoria marxiana, a *pequena burguesia* - entra em crise econômica, todo seu discurso ideológico atua como fertilizante contra o temor da proletarianização. Essa classe intermediária (por exemplo, comerciantes, empresários, profissionais liberais em geral, entre outros), quando se arruína economicamente, faz com que brote como erva daninha em terra fértil o temor das condições de vida da classe trabalhadora. Ou seja, a pequena burguesia teme se tornar um trabalhador comum – desprovido de direitos e sem posse de qualquer meio de produção fundamental - e, nestas condições, o fascismo tende a crescer como um projeto político.

Vejamos um pouco mais de perto esta problemática, pois, em face do que dissemos, é necessário nos determos com maior atenção, dada a curiosa situação que o discurso ideológico da pequena burguesia apresenta, como sendo o verdadeiro. Ora, o que provoca uma determinada situação de crise na sociedade e que afeta também a pequena burguesia e os setores médios, não são os trabalhadores e ou o mundo do trabalho mas, justamente o contrário. Isto é, desde quando se consolidou a sociedade burguesa como forma societária dominante (pós Revolução Francesa de 1789), é o capital financeiro monopolista - que se concentra cada vez mais nas mãos de uma ínfima minoria - o causador das ruínas das classes de menor poder aquisitivo da sociedade. Inclusive, é o responsável pela crise da pequena burguesia. O paradoxo aparece na medida que o bonapartismo e mesmo o fascismo e às classes sociais à que representam, dirige sua raiva, seu descontentamento, não contra estes causadores de suas crises, mas, contra àqueles que também são vítimas – a classe trabalhadora como um todo -, e que são justamente os que mais sofrem com a crise do grande capital.

Dessa maneira, claramente, radicalizando o bonapartismo, o fascismo é instrumentalizado pelas classes hegemonicamente dominante para combater, ainda mais, a classe trabalhadora. Por isso, a ideologia fascista identifica em todas as formas organizativas e de lutas – partidos, sindicatos, movimentos e associações - da classe trabalhadora o inimigo a ser combatido. E não para por aí: todas as bandeiras, as pautas de luta, os símbolos, os intelectuais orgânicos e mesmo os valores da classe trabalhadora passam a ser responsabilizados pela piora das condições de vida das bases dos regimes fascistas – por isso devem ser combatidos em todos os campos. Se o bonapartismo, como dissemos, é a penúltima opção em um cardápio de dominação política da burguesia em crise, o fascismo é a última.

Neste sentido, a obra *O Estado no centro da mundialização...*, de Osorio (2014) confere centralidade a um tema de fundamental relevância para os estudos marxistas. A saber: a política e o Estado. E o faz de maneira articulada à dimensão econômica, explorando seus complexos e variados nexos em relação às classes sociais. O autor, discute as mudanças ocorridas nos Estados latino-americanos ao longo do século XX e a relação entre Estado e democracia na América Latina. Os Estados, desenvolvimentista, contra insurgente e neoliberal, são analisados no que tange tanto às alianças de classe e ao bloco no poder que os constituíam, quanto às suas articulações com os diferentes padrões de reprodução do capital que tiveram lugar na região. Quanto à temática da democracia, Osorio (2014) se debruça sobre o processo de transição democrática na região e chama atenção para um aparente paradoxo que se criou nas últimas duas décadas: enquanto a economia se tornava cada vez mais excludente, a política passava a incluir mais e mais cidadãos. Além disso, questiona tal paradoxo ao explicitar sua concepção de democracia formal e de democracia substantiva, já que para o autor, a participação política segue subordinada aos ditames do grande capital e das classes dominantes.

Quando Florestan Fernandes (2015) escreveu e publicou o ensaio *Notas sobre o fascismo na América Latina*, buscava identificar as características de uma modalidade de fascismo que teria persistido nas democracias latino-americanas, nominada por ele como “totalitarismo de classe”. Segundo o autor:

o fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa dessa espécie [totalitarismo de classe] de fascismo. Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa. Ele é substancialmente contrarrevolucionário (FERNANDES, 2015, p. 35).

No caso brasileiro, o que mais ficou conhecido na história como sendo um regime com características bonapartistas foi o período sob o governo de Getúlio Vargas, denominado de Estado Novo - que se estendeu de 1937 a 1945. Nesta fase, Vargas centralizou todo o poder do Executivo, grosso modo, em sua própria pessoa, aproximando-se (mas com distância considerável) dos modelos nazifascistas europeu da mesma época.

Um dos fatores fundamentais que levaram o então democrático Governo Vargas a evoluir da democracia forma burguesa para uma espécie de bonapartismo, como se sabe, foi a *Intentona Comunista* de novembro de 1935. O objetivo desse levante era promover uma ação revolucionária coordenada contra Getúlio Vargas, por que na avaliação dos comunistas, estava implementando todas as reivindicações das classes dominantes urbanas.

No segundo semestre de 1937, o clima de tensão política chegou ao ápice com a “descoberta” de um programa revolucionário para o Brasil, que seria fomentado pela União Soviética. A partir desse episódio, o comunismo tornou-se, assim, o “maior inimigo” da Era Vargas e logo um subterfúgio para a instalação do Estado Novo, ou melhor, da espécie de bonapartismo brasileiro.

Decerto, o momento mais fascizante na história da sociedade brasileira (sem ser a rigor um regime nazifascista como o que ocorreu na Itália e/ou Alemanha) fora aquele a partir do golpe civil-militar de primeiro de abril de 1964. Naquele contexto histórico, as classes dominantes do país direcionaram através da grande imprensa da época uma ampla campanha de difamação do comunismo, do socialismo, ganhando assim a “opinião pública”. Como resultado desta campanha, desencadeou-se após o fatídico primeiro de abril de 1964, uma onda de mobilizações de apoio ao golpe, tendo à frente, inclusive, o alto clero da Igreja Católica.

Embora o que salta aos olhos é a imagem da ditadura como um regime de exceção sob o comando dos militares, ela representou muito mais do que isso. O golpe não foi um fenômeno estritamente militar, mas, uma estratégia da burguesia e do grande capital nativo associado ao estrangeiro; nesta perspectiva apontamos o seu caráter civil-militar. O golpe foi respaldado publicamente pelas classes sociais mais abastadas da sociedade, bem como pelos setores medianos; por isso o regime foi uma resposta momentânea aos interesses das grandes burguesias, sob a direção dos governos militares. Durante os vinte anos de ditadura, correspondente ao período de 1964 a 1984, os “presidentes” do país foram militares. Apesar disso, como mencionamos, estes ditadores atendiam a demandas civis - em especial das classes economicamente dominantes. Dessa maneira, reitera Netto (2014, p. 74), “a ditadura instaurada a partir de 1º de abril, foi o regime político que melhor atendia os interesses do grande capital” e de seus apologistas.

Sinteticamente, portanto, podemos afirmar que a ditadura civil-militar foi produto e o resultado de uma política preventiva e contrarrevolucionária orquestrada pelos EUA, com o apoio das burguesias locais e do grande capital. Tinha como objetivo impedir as ascensões progressistas que despontavam no Brasil e simultaneamente assegurar a manutenção das altas taxas de lucro dos capitalistas.

Contudo, após o fim da ditadura Argentina (1983), que talvez fora, ao lado da chilena (1973-1990), a mais sanguinária da região, e do fim da ditadura uruguaia em 1985, a onda conservadora dos anos 1970 estava em franco refluxo. A insatisfação a esta forma de governo generalizou-se por todo o nosso continente. Assim, todas as ditaduras foram combatidas, contestadas e abolidas ao longo dos anos 1980. No lugar deste, novamente triunfa o regime político mais a gosto das classes dominantes – a democracia formal burguesa. Esta perdurou sem grandes abalos por aproximadamente 30 anos – de 1985 à 2016, quando se deu, no Brasil, o golpe político-parlamentar-midiático sobre àquele que seria o quarto governo do PT.

Se olharmos à fundo veremos que durante o período de relativa estabilidade da democracia burguesa, “os segmentos econômicos privilegiados como o capital financeiro, industrial, comercial e agrário, aliados ao capital estrangeiro, se tornaram hegemônicos no que cabe ao processo de desenvolvimento das economias dependentes” (OSORIO, 2014, p. 219). De acordo com o autor, na América Latina os componentes desse processo foram concebidos sob a tirania de governos ditatoriais e militares. Ao findar esses períodos, e consolidados os governos eleitos democraticamente, constatou-se que as bases do poder político das classes privilegiadas dos Estados Nacionais das economias dependentes já estavam enraizadas.

Bastava apenas tornar-se ainda mais fortalecidas e complexas, qualificando essa região como aquela que apresenta um dos maiores índices de desigualdades sociais (OSORIO, 2014, p. 221).

Consumada a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, entra em tela o que Fresu (2017) chama de neofascismo. O autor vê o fascismo reatualizado como “uma forma moderna de poder autoritário em comparação com os velhos regimes reacionários, dada a sua constante pesquisa do consenso popular e o uso hábil da demagogia” (FRESU, 2017, p. 77). À seguir, veremos como este processo se desenvolveu no Brasil.

Algumas palavras em aberto

Desde junho de 2018, aproximadamente, quando iniciou o debate eleitoral brasileiro e com ele a possibilidade concreta da eleição de Bolsonaro à Presidente, acaloram-se as discussões sobre o caráter daquele futuro governo e regime político. Nos meios acadêmicos e na militância política situada em torno de uma perspectiva humanista, era uníssono a ideia de que um futuro governo Bolsonaro seria, para dizer o mínimo, um governo recheado de elementos fascistas. Entretanto, nos dias atuais, parece que os desafios aumentaram ainda mais. Porém, para tentarmos elucidar, convém uma rápida digressão sobre a história política recente do país.

É evidente que nos primeiros anos deste novo milênio, a classe dominante brasileira vivia - àquilo que chamamos, a partir de Gramsci -, uma crise de hegemonia. Porém, o centro do debate desde então deu-se em torno da corrupção! Pondo-se contrário a ideia de que a corrupção é inevitável ou que ela supostamente faz parte da “natureza humana”, Arcary (2015, p. 74) resgata uma importante formulação marxiana de que “não existe fatalismo na condição humana que nos condene à corrupção”.

Entretanto, a corrupção é uma prática natural, infelizmente, das classes dominantes se manterem na hegemonia do seu Estado burguês. Ela existiu e existe em todos os regimes políticos e em todas as formas de governos. Portanto, não é um “privilégio” dos brasileiros, dos latinos e dos asiáticos entre outros. A corrupção é uma maneira das elites e dos mais altos dirigentes da burocracia estatal surrupiar a mais-valia social por meio indiscutivelmente “mais fácil”.

Como observa Luís Filgueiras (2018), para além da indignação contra a corrupção (sempre ela no Brasil: 1954, 1955, 1964, 1989, 1992 e agora - 2018), do moralismo (sempre falso) e do antipetismo obsessivo (“contra os petralhas!”), há uma onda fascista no mundo e no Brasil que, como sempre, se alimenta de um momento de crise - desemprego, precarização do trabalho, queda da renda e aumento da pobreza - que penaliza a maioria da sociedade, mas especialmente os grupos e camadas médias que caem, ou estão ameaçados de cair, econômica e socialmente. É principalmente a partir desse segmento social que elementos do fascismo vem se espalhando mundo afora.

Esta crise profunda que vivemos é produzida pela confluência de elementos econômicos e políticos, principalmente. Em meio a esta nova conjuntura, posta pela decadência capitalista e pelas mobilizações de massas desencadeadas em junho de 2013, produziu-se um cenário no qual a segunda eleição de Dilma - em outubro 2014 - transformou-se em um verdadeiro estelionato eleitoral. Registre-se que nestas eleições, se por um lado, o lulopetismo nunca prometeu tanto pelo Brasil, por outro, não se pode esquecer-se dos ataques dos marqueteiros e dos ideólogos do PT às esquerdas e mesmo às candidaturas de centro, que propunham uma alternativa à hegemonia petista e à peessedebista.

Para Valério Arcary (2014, p. 112), “o lulismo, com seu caudilhismo eleitoralista, devorou o PT, e absorveu os partidos e movimentos satélites do PT, em maior ou menor medida”. E, neste processo de evolução histórica do lulismo, “para se credenciar como partido eleitoral resignado aos estreitos limites do regime democrático-liberal no Brasil, o PT precisou deixar de ser petista” (ARCARY, 2014, p. 71).

De acordo com Mauro Iasi (2006, p. 360), “o PT representava a possibilidade de uma manifestação autêntica das classes trabalhadoras, isto é, uma organização [partidária] levada à frente pelos próprios trabalhadores, sem a tutela das elites”. Porém, “a experiência petista chega ao governo concedendo vantagens à burguesia antes mesmo de ser eleita, como pode ser vista na famosa ‘Carta aos brasileiros’ ironicamente batizada de ‘Carta aos banqueiros’ por línguas maledicentes” (IASI, 2006, p. 548).

Em artigo recente, discutindo a ascensão das ideias fascistas no Brasil, representadas pelo agora Presidente Bolsonaro e a conjuntura política eleitoral de 2018, Iasi (2018) defende a hipótese segundo a qual, “a desarticulação do PT e a impossibilidade da direita golpista encontrar uma alternativa viável do ponto de vista eleitoral abriu o espaço para que a alternativa reacionária se apresentasse como possibilidade de governo”.

Outro elemento importante a ser destacado como propulsor da ameaça fascista que vivemos é a crise econômica do capital, iniciada em 2015 e a atuação de três partidos políticos (PSDB, PMDB e PP) muito influentes na sociedade brasileira. Além disso, parte do Poder Judiciário (inclusive a “Lava Jato”) e do Ministério público, a grande mídia corporativa e parte majoritária das igrejas evangélicas – que, por motivos distintos, foram a ponta de lança do Golpe parlamentar-judicial-midiático que depôs a Presidente Dilma Rousseff.

Em outras palavras: se, por um lado, toda essa crise fora gerada e alimentada desde o início do milênio a partir do modelo ou do projeto de *conciliação de classes* patrocinado pelos governos petistas sob o lulismo: por outro lado, ela foi desenvolvida a partir de interesses dos grandes grupos econômicos rentistas, da grande imprensa a serviço do capital e do moralismo de costumes e cultural, com a instrumentalização política da corrupção e da religião.

O movimento de extrema direita que identificamos hoje no Brasil, de caráter claramente apologético do fascismo, foi cevado nesse processo. A pequena burguesia brasileira está profundamente descontente, com raiva. Contudo, de acordo com Iasi (2018) coube à direita dar forma a esse ódio, colando nele a máscara de seu adversário nas eleições – o PT. Além disso, esta pequena burguesia conseguiu imputar no imaginário

popular que o PT é o culpado da crise, das filas no atendimento na saúde, da precariedade da educação, da corrupção, da desagregação das famílias, da explosão de uma sexualidade aberrante que ameaça, de mulheres que levantam a voz e colocam o dedo na cara de quem as oprime, de índios (*meu deus, ainda tinham índios neste país!*) querendo as terras tão bem ocupadas por mineradoras, madeireiras e o agronegócio etc.

Esse ódio, se por um lado não é culpa direto dos governos do PT, por outro, certamente, desenvolve-se em face do modelo adotado pelos governos do PT nos últimos anos, que claramente privilegiou, por um lado, o grande capital, sobretudo os bancos e os grandes latifundiários do agronegócio. Lula quando era presidente, disse muitas vezes que graças à ele, “nunca na história desse país os banqueiros ganharam tanto dinheiro”. Neste sentido, basta uma rápida olhada para o desempenho dos cinco maiores bancos do país. Os dados anuais do DIEESE demonstram que em 2014 e 2015, anos de crise econômica e declínio do Produto Interno Bruto - PIB, apesar da restrição de crédito, fechamento de agências e postos de trabalho, “o lucro líquido dos cinco maiores bancos segue subindo e batendo recordes. Por outro lado, os trabalhadores desorganizados mais pobres do país que gozaram de programas sociais como o Bolsa Família e o Pro-une, entre outros, e assim puderam ser “incluídos pelo consumo”.

Esses fatores, aliados ao histórico e cultural preconceito de classes - inclusive disseminado pelas classes mais abastadas da sociedade - entre outros, que não podemos desenvolver neste espaço, fez com que a pequena burguesia com sua ideologia fascista, visualizasse na classe trabalhadora (os setores que minimamente começaram a ser vistos pelas políticas públicas nos últimos anos) os responsáveis pela sua ruína. Nada mais próprio e típico do fascismo. As classes dominantes brasileira se curvaram em face da ameaça fascista representada por Bolsonaro.

Este fato é, como estamos demonstrando, a prova histórica de que o fascismo recruta seu material humano sobretudo no seio da pequena burguesia. Esta classe social, em face das crises da alta burguesia termina sendo arruinada pelo grande capital, e não existe saída para ela na presente estrutura social: porém, não reconhece outra a não ser esta. Seu descontentamento, revolta e desespero são desviados do grande capital, pelos fascistas, e dirigidos contra os operários. Pode-se dizer também sobre o fascismo, que este é uma operação de “deslocamento” dos cérebros da pequena burguesia no interesse de seus piores inimigos. Assim, o grande capital arruína inicialmente as classes médias e, em seguida, com a ajuda de seus agentes mercenários – os demagogos fascistas –, dirige a pequena-burguesia submersa no desespero contra as classes trabalhadoras.

Naturalmente que a perspectiva socialista não navega por estas águas. Contudo, certamente essa possibilidade histórica esteve presente na arena política brasileira. Porém, não logrou acumular forças para um processo de transformação mais radical do país. Entretanto, é preciso valorizar que centenas de intelectuais e militantes mesmo em tempos difíceis ousaram segurar a bandeira socialista e das reformas estruturais.

Enfrentar o neofascismo, de acordo com Fresu (2017), é saber decompor seu bloco e suas contradições. Tal como o fascismo de antes, o neofascismo de hoje em emergência não é um bloco monolítico e homogêneo. No caso brasileiro, ele tem seu segmento fundamentalista religioso, a parcela homofóbica, o lado racista, a fração misógina, a parte neoliberal e, até mesmo, um fragmento monarquista. Todos sob a condução da liderança de Jair Bolsonaro, oriundo do setor militar. A vertente antiesquerdista (por seu viés mais evidente, o antipetismo), sob o discurso do combate à corrupção, é que dá amálgama, liga, fusão a esse bloco político e social de poder. É necessário, portanto, identificar cada subdivisão e suas proposições para elaborar uma reação antineofascista concreta, eficaz, enraizada nas classes populares.

Neste sentido, “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (Marx, 2012, p. 20). Ou seja, os atos e processos sociais que defendemos são mais importantes que qualquer programa de Estado, de partido ou de determinado governo.

Referências Bibliográficas

ARCARY, Valerio. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2015.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Niterói: [s.n.], 2012. 506 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Área de concentração: História Social.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade No Brasil: Ensaio Sobre Ideias e Formas**. Rio de Janeiro: 3º ed., Editora DP&A, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2005.

_____. **Notas sobre o fascismo na América Latina**. In: **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FILGUEIRAS, Luís. **O ovo da serpente e a eleição para presidente**. In. <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/21/o-ovo-da-serpente-e-a-eleicao-para-presidente/>. Acessado em 11/11/2018.

FRESU, Gianni. **Nas trincheiras do ocidente: lições sobre o fascismo e antifascismo**. Ponta Grossa, PR: Ed. UEPG, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. V. 3. Maquiavel, nota sobre o Estado e a política**. 7ª Edição; Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento**. Expressão Popular. São Paulo, 2006.

_____. **O sujeito oculto: ao vencedor as batatas**. In. <https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/05/o-sujeito-oculto-ao-vencedor-as-batatas/>. Acessado em 06/11/2018.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl Heinrich. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS Frederico. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1984)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia e política na era de servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras expressões, 2014.